



**PARECER JURÍDICO nº 025/2018 - RBF**

Projeto de Lei nº 018/2018

Autor(a): Vereador Cleverton Nunes Menezes

**PROJETO DE LEI - DENOMINAÇÃO - CENTRO  
ESPORTIVO - "MARIA APARECIDA DE BRITO LAHR"  
- COMPETÊNCIA CONCORRENTE - LEGALIDADE E  
CONSTITUCIONALIDADE.**

## **1. RELATÓRIO**

---

O Nobre Vereador Cleverton Nunes Menezes - Carioca, apresenta a seus nobres pares, o projeto de lei em epígrafe que pretende denominar de "Maria Aparecida Brito Lahr" o centro esportivo localizado na Rua Aristeu Marcicano no Município de Cordeirópolis.

O proponente apresentou memorial do homenageado, bem como sua Certidão de Óbito

É o breve intróito.

Passo a opinar.



## 2. ANÁLISE JURÍDICA

---

### 2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso; (grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

**Contudo, há que se apontar que o projeto se mostra incompleto, pois o autor não consignou sobre a dotação orçamentária para as despesas decorrentes com a aplicação da lei, caso o projeto seja aprovado por essa E. Casa de Leis, o que, a princípio, impediria da execução da lei.** Ademais, seria ainda, de bom tom, e boa prática legislativa, que o proponente destaque do projeto de lei, a sua justificativa.



## 2.2. Da iniciativa legislativa e sua legalidade.

Conforme disposto no artigo 11, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, a matéria em questão é de competência comum, ou seja, tanto o Executivo quanto o Legislativo podem propor projetos de lei para denominarem ruas, bairros, próprios, entre outros.

Assim, o autor é parte legítima para propor a matéria.

Ademais, conforme se infere da justificativa apresentada, o que se recepciona como memorial do homenageado, cumpre destacar que trata-se de pessoa falecida, conforme comprova a juntada da respectiva Certidão de Óbito nos autos.

E assim sendo, entendo que o projeto não esbarra no princípio da impessoalidade e da moralidade, estando apto o seu encaminhamento ao plenário, eis que órgão soberano para deliberações.

## 3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 18/2018, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 10 de Maio de 2018.

PROTUCULO Nº  
00681/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

DATA: 10/05/2018

HORA: 13:13

Autoria: Diretor Jurídico

Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº  
18/2018 Da denominação de MARIA APARECIDA  
DE BRITO LAHR ao Centro Esportivo

ROBERTO BENETTI FILHO  
Diretor Jurídico